

MR. SLANG E O BRASIL: A ESCRITA DE MONTEIRO LOBATO COMO POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA REPUBLICANA

Me Danyllo Di Giorgio Martins da Mota¹

Resumo: No livro *Mr. Slang e o Brasil* (1926), Monteiro Lobato constrói uma leitura sobre a República brasileira permeada pelos debates políticos da época. O autor divide em três fases o período que se delimita entre a Proclamação da República (1889) e a chegada de Washington Luis à Presidência da República (1926). Neste texto nos propomos à discussão dessa escrita que, mesmo se diferenciando da escrita dos historiadores, traz consigo uma perspectiva temporal que aponta as transformações políticas ocorridas no país a partir do ponto de vista identificado com os anseios da elite intelectual e política de São Paulo.

Palavras-chave: Primeira República; Paulistanidade; Escrita da História; Memória; Monteiro Lobato.

Os três tempos da História da República.

Freqüentemente a tarefa de explicar o passado foge ao domínio exclusivo do historiador. Se este é um objetivo baseado nos aspectos teóricos e metodológicos da História, tais aspectos não impedem as interpretações sobre o passado construídas a partir de outras áreas, como o jornalismo ou a literatura. Emerge nessas possibilidades de interpretação as relações entre História e Memória. Centrado nessa preocupação de deixar registrada uma percepção sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo, encontramos inúmeros trabalhos que, ainda que não se enquadrem na definição de historiografia, trazem consigo análises que se aproximam da escrita da História. A partir dessa característica, de uma possível escrita da história, analisaremos o livro *Mr. Slang e o Brasil*, de Monteiro Lobato, como possibilidade de interpretação da história republicana.

No livro *Mr. Slang e o Brasil* (1926), Monteiro Lobato constrói uma leitura sobre a República brasileira permeada pelos debates políticos da época. O autor divide em três fases o período que se delimita entre a Proclamação da República (1889) e a chegada de Washington Luis à Presidência da República (1926). Neste texto nos propomos à discussão dessa escrita que, mesmo se diferenciando da escrita dos historiadores, traz consigo uma perspectiva temporal que aponta as transformações

¹ Professor Assistente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Coxim – UFMS/CPCX. Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás - PPGH/UFG.

políticas ocorridas no país a partir do ponto de vista identificado com os anseios da elite intelectual e política de São Paulo.

Nas crônicas reunidas em *Mr. Slang e o Brasil*, Monteiro Lobato elabora uma leitura sobre a República Brasileira. Originalmente publicados em *O Jornal*² ao longo de 1926 e posteriormente reunidos em livro, em 1927, os textos de Lobato se localizam no entre lugar, entre a escrita de artigo e de crônica, podendo o autor ser definido nesta obra como um “quase cronista”, definição atribuída por Noé Freire Sandes ao analisar os textos do jornalista Costa Rêgo (2008, p. 43). Sendo essa uma escrita de difícil definição por associar a leitura do passado com as disputas em torno da ressignificação do presente.

Como leitura da história republicana, o texto de Lobato também apresenta vínculos com a *Paulistanidade*.³ como “projeto nacional”. Essa construção passa pela análise de vários aspectos da economia, dos conflitos políticos, da necessidade de modernização do país, das atividades de diversos grupos sociais.

Monteiro Lobato divide a história da República em três fases. A primeira corresponde ao período entre a mudança do regime monárquico para o republicano (1889) e a morte de Afonso Pena⁴ (1908). Em sua análise, Lobato reserva uma grande importância aos homens que governaram o Brasil nesse período, lançando mão da experiência que traziam do período monárquico. A segunda fase estende-se da chegada de Nilo Peçanha⁵ ao poder (1909), após a morte de Afonso Pena, até o final do governo de Artur Bernardes⁶ (1926). Essa fase é denominada como “período ciclônico”. Este período seria caracterizado pelas grandes perturbações políticas e econômicas, o acirramento dos conflitos entre o governo e os militares e o aumento da insatisfação da

² *O Jornal* foi um periódico carioca que circulou entre as décadas de 1920 e 1960. Adquirido por Assis Chateaubriand em 1924, foi o veículo que deu origem ao conglomerado de comunicação dos Diários Associados. Lobato colabora com o periódico entre 1925 e 1926. Ver: MORAIS, 1994.

³ Definimos *Paulistanidade* como um tipo de pensamento ligado à valorização dos elementos identificadores do Homem paulista. Esse corpo de ideias foi um dos exemplos de discurso regionalista do início do século XX. Destacamos aqui o conflito entre as esferas nacional e regional que se estendeu aos campos da política e da cultura. Ver: MOTA, Danyllo Di Giorgio M. da. *O Brasil de Mr. Slang: a República nas crônicas de Monteiro Lobato (1926 – 1927)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFG, 2010.

⁴ Afonso Pena ocupou a Presidência da República entre 1906 e 1908, quando morreu, ainda no exercício do mandato.

⁵ Nilo Peçanha ocupou a Presidência da República entre 1908 e 1910, em substituição a Afonso Pena, de quem fora vice-presidente.

⁶ Artur Bernardes ocupou a Presidência da República entre 1922 e 1926.

população e de grupos oligárquicos com o governo central. Finalmente, a terceira fase teria início com a eleição de Washington Luis para a presidência da República em 1926. Este “novo governo” representaria o começo de uma nova fase na história nacional, um retorno à moralidade e ao compromisso público dos governantes inspirado no exemplo moralizador do próprio Presidente.

A construção discursiva dessas fases da República presentes no livro *Mr. Slang e o Brasil* destaca a elaboração de uma narrativa que circula pelos campos da História, do Jornalismo e da Literatura. Ao apontar essas questões, encontram-se caminhos para discutir a forma como as déias presentes na construção dessa história republicana se relacionam com a proximidade de Lobato com a política paulista nesse período. Seus textos revelam um discurso modernizador, aos moldes de um projeto político oriundo de São Paulo, característico da ideia de *Paulistanidade*. Neste discurso as críticas ao ambiente político e econômico desse período estavam ligadas a uma tentativa de redefinir os caminhos da nação brasileira através de uma retomada do controle do poder central por parte dos grupos ligados à oligarquia paulista. A elaboração dessa escrita da história republicana revela indícios de uma transformação modernizadora que Monteiro Lobato almejava para o país tendo São Paulo como parâmetro e a retomada do controle da política nacional pelas oligarquias paulistas como a possibilidade de sua realização.

O governo de Washington Luis e a fundação de um novo Brasil.

A leitura de *Mr. Slang e o Brasil* reforça algumas das características mais marcantes da obra e da atuação intelectual de Monteiro Lobato. A preocupação do autor em reformar o país, em transformar o cenário político e econômico, criar uma nova mentalidade, despertar a população para o trabalho e para a produção por meio de uma pedagogia moralizadora, ensinando-a a exercer sua cidadania. A percepção de Lobato sobre esses problemas se altera ao longo do tempo (LAJOLO, 1985). Mas, diferente das interpretações mais críticas à obra lobatiana, não vemos essas alterações como uma contradição. Lobato muda, adéqua-se e adapta sua análise à novas contingências que surgem ao longo do caminho. Contudo, seu objetivo continua o mesmo: a promoção da modernização e do progresso do país.

É seguindo esse objetivo que Lobato constrói uma interpretação sobre o Brasil republicano nos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. A falência ou o descompasso representado pelo “período ciclônico” estão em oposição ao período em que o país fora governado pelos primeiros presidentes da República. Apontados por Lobato como experientes e sensatos, os antigos conselheiros do Império que conduziram o Brasil no processo de reformulação política com a implantação do regime republicano.

É interessante ver a relação estabelecida por Lobato entre a República e o Império. Eram antigos conselheiros do Imperador os responsáveis pela implantação do novo regime e pela manutenção da ordem econômica. O cargo de conselheiro do Império fora ocupado por Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena, que se sucederam na presidência entre 1894 e 1908 e desempenharam papel fundamental para a organização institucional da República. Ligados à elite política de Minas Gerais e São Paulo os presidentes tomaram ações voltadas para o atendimento dos interesses destes grupos. Duas ações se destacam dentre essas medidas: a política de valorização do café e a Política dos Governadores (VISCARDI, 2012).

Na perspectiva de Lobato, o Brasil teria vivido neste período um momento de estabilidade política, econômica e social (LOBATO, 1959, p. 35). Essa estabilidade resultaria da liderança e do exemplo de São Paulo. A presença de presidentes oriundos de Minas Gerais parece ser algo de menor importância na análise lobatiana para este período. O autor aponta um alinhamento entre os dois estados, mas destaca a importância das virtudes pessoais dos presidentes como elemento fundamental para a estabilidade do país.

Contudo, o potencial do país sob a liderança desses experientes políticos fora debelado pela morte repentina de Afonso Pena em 1908, ainda no exercício de seu mandato. Nas palavras de Lobato (1959, p. 35):

Havia [quando morreu Afonso Pena] um ciclone incubado no velho tumor militar do Brasil, tumor que nasceu lá pelos fins da guerra do Paraguai e vem dando febres no país até hoje. Febre intermitente. A habilidade dos velhos estadistas monárquicos que aderiram à República conseguiu manter o ciclone em estado de tumor. Esperavam que com o tempo o organismo o reabsorvesse. E assim seria, se a morte de Afonso Pena não viesse arrancar o governo das mãos desses

experimentados e prudentes varões para entrega-lo a mashorca. “Basta de conselheiros!” foi o grito de guerra. Esse grito queria dizer, basta de experiência e prudencia [*sic*].

Este acontecimento teria precipitado a chegada do “império da imoralidade”, instalado pelos governos nacionais a partir do governo de Nilo Peçanha e permanecendo até o quadriênio Bernardes. A década de 1910 apresenta uma série de problemas políticos e econômicos que reforçam as críticas aos caminhos tomados pela República. Lobato destaca como elementos dessa crise a imoralidade com que os governantes lidavam com a coisa pública (LOBATO, 1959, p. 35):

Desaparecera o escrúpulo moral. Entronizava-se no governo o amoralismo, a “injunção política”, e eu, um inglês, não preciso dizer a um brasileiro o que têm sido esses longos anos de furacão amoralista. Hoje me dá o Brasil, visto em conjunto, a sensação de uma terra devastada. De pé, coisa nenhuma. O que está de pé não resiste a um empurrão, vacila [*sic*].

Tal imoralidade seria a causa dos levantes ocorridos nas forças armadas que refletiriam a insatisfação popular com as ações dos governantes. Esse período coincide com o afastamento de políticos paulistas do governo central. Com o fim do mandato de Rodrigues Alves em 1906 a presidência só voltaria a ser ocupada por um paulista em 1926.⁷ Não é apenas a ausência de paulistas na presidência o que nos chama a atenção, mas também a denominação atribuída por Lobato a esse período como ciclônico. O autor aponta crises de grande monta que caracterizam este período, como a Revolta do Marinheiros de 1910 ou as inúmeras crises econômicas que atingem em cheio a produção agrícola. Mas passa ao largo de questões que provocaram efeitos sociais, como a Revolta da Vacina e o conflito de Canudos, que ocorreram no período inicial de sua análise, chamado de período dos conselheiros. Toda a carga negativa é associada a este segundo momento da história republicana e este associado com o presidente Artur Bernardes. Apontado como incapaz de dirigir o país, Bernardes é duramente criticado

⁷ Eleito para ocupar a Presidência da República no quadriênio 1918 – 1922, o paulista Rodrigues Alves morreu antes de assumir o cargo. Assim, no período entre 1906 e 1926 temos quatro presidentes oriundos de Minas Gerais, um do Rio Grande do Sul, um do Rio de Janeiro e um da Paraíba.

pelas ações ligadas a seu governo. A crise militar de 1922 forçou o presidente a decretar estado de sítio, o que se manteria até a chegada de Washington Luis à presidência. Somado a isso, a crise econômica ainda decorrente das mudanças geradas pela Primeira Guerra Mundial e o acirramento das disputas oligárquicas se transformam em munição para as críticas de Lobato ao Governo Bernardes. As dificuldades enfrentadas por este governo reforçará o caráter de rompimento simbolizado pela chegada de Washington Luis ao poder.

Sob a liderança do político paulista teria início o “novo Governo”. Novo não apenas pela mudança do chefe de Governo, mas por que seria um momento marcado pela modernização do país que começaria com a estabilização monetária. Era o momento do novo governo e de um novo Brasil (LOBATO, 1959, p. 117). Essas mudanças trariam o progresso e a modernidade, mas para isso era preciso impedir que os velhos governantes retomassem o poder. Caso isso ocorresse, o país retomaria ao caos verificado no “período ciclônico”, cuja principal marca esteve associada às revoltas populares contra a injustiça e aos desmandos dos governantes. Com a instalação do “novo governo”, a Revolução popular, comandada por Luis Carlos Prestes, perdera seu sentido (LOBATO, 1959, p. 119), pois o Brasil passaria a ser governado a partir das noções de justiça, moralidade e interesse público. O “novo governo” incentivaria o trabalho, modernizaria a economia e promoveria o progresso do país. Inspirado no exemplo de São Paulo, o Brasil retornaria aos trilhos e acertaria o passo com a modernidade. Essas transformações representariam uma ruptura com o momento vivido pela República no “período ciclônico”. A *Paulistanidade* inspiraria e implantaria, sob a batuta de Washington Luis, uma nova ordem no Brasil, que rompia com o passado indesejável dos dois decênios anteriores.

Assim apresenta-se na obra de Monteiro Lobato um projeto paulista para a nação. Esse projeto pode ser percebido na defesa dos pontos positivos do “novo governo” inspirados pela *Paulistanidade*. Ideia da qual o novo mandatário da República, Washington Luis, era o representante exemplar. Esse projeto aponta para a possibilidade aberta pelo “novo governo” de levar aos demais Estados do Brasil os componentes que já se encontravam presentes no estado de São Paulo, tais como a visão moderna e empreendedora, o senso de realidade de seu povo, a moralidade, a consciência etc. Lobato propõe uma reforma de cima para baixo (LOBATO, 1959, p.

98) que começaria com a chegada ao governo de um grande “valor moral” como Washington Luis e que serviria de modelo para os integrantes do governo, a classe política, o funcionalismo público e o povo.

Características da análise lobatiana da História da República.

Torna-se perceptível que a ideia do “novo” é um elemento de extrema importância nas ideias de Lobato nos textos de *Mr. Slang e o Brasil* como meio para estabelecer a ruptura entre o governo de Washington Luis e o período anterior da República. Essa ideia também fora usada de uma forma similar pelos construtores de uma imagem sobre a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas, fato perceptível na constituição da ideia de “República Velha” (SANDES, 2009, p. 128). Em certa medida, o que os ideólogos construíram em torno de Vargas a partir de 1930, Lobato esboça, em 1926, referindo-se a um modelo paulista. Washington Luís, representante de um modelo paulista de governo que iniciaria o rompimento com as velhas práticas do período ciclônico, era então o símbolo do “novo”, da transformação, da modernidade, do progresso e do trabalho. Dessa forma, experiência e escrita da História anunciam perspectivas distintas. As expectativas de Lobato em torno das possibilidades abertas pela chegada de Washington Luis à presidência da República apontam para a expectativa do Brasil em romper com suas velhas estruturas e ingressar no que, para ele, era o símbolo de modernidade a ser alcançado.

No estabelecimento de períodos em sua análise sobre a história da República, o governo de Washington Luis seria o responsável por iniciar o processo de fundação de um novo Brasil, rompendo com as práticas políticas usuais durante o período ciclônico. Assim, esse novo governo - que simbolizava a retomada do controle da política nacional por parte da oligarquia paulista - é construído por Lobato como um símbolo de rompimento e de transformação política, econômica e social.

Percebe-se assim um projeto para o Brasil na plataforma de Washington Luis que é também defendida por Monteiro Lobato em seus textos. Esse projeto de modernização econômica deveria vir por meio da estabilização monetária, do incentivo às atividades produtivas e do atendimento às necessidades dos trabalhadores de forma a

potencializar sua capacidade de contribuição com o desenvolvimento nacional. Associado a essas transformações econômicas estavam as novas atitudes políticas fundadas no compromisso com o interesse público, na obediência ao senso de justiça, na moralidade das ações governamentais e na idoneidade dos homens que assumiriam o comando do país.

As bases dessas transformações seriam, assim, encontradas em São Paulo. A retomada do controle da política nacional por parte da oligarquia paulista representada por Washington Luis daria fim aos constantes momentos de crise que a República atravessara desde 1909. Esse seria um trabalho difícil e que demandaria tempo. Seu sucesso dependia da manutenção no poder de homens cujo caráter moral fosse tão elevado quanto o de Washington Luís, compartilhando dos mesmos ideais que o presidente “estradeiro”. Essa necessidade convive com a possibilidade de o governo retornar às mãos de homens imprudentes e insensatos como Artur Bernardes. Lobato aponta assim a necessidade de manutenção do controle paulista sobre o governo. Se as mudanças eram tamanhas que não podiam ser completadas pelas forças de um único homem (LOBATO, 1959, p. 37) e não era desejável a volta ao poder dos homens despreparados que comandaram o país durante o “período ciclônico”, era preciso manter no poder homens comprometidos com os ideais defendidos por Washington Luis: os ideais da *Paulistanidade*

Assim, para que o Brasil se mantivesse em um caminho de modernização e não retrocedesse às velhas ações imprudentes verificadas no período ciclônico era preciso criar condições para que todo o país se transformasse naquilo que São Paulo já era. Era preciso “transformar o Brasil em um estado de São Paulo”: moderno, voltado para o trabalho e sem os vícios presentes em outras regiões do país. O primeiro passo nessa direção já havia sido dado com a chegada de Washington Luis ao Catete. Era preciso, a partir daquele momento, manter o curso do país no caminho correto, evitando acidentes tais como ocorrera em períodos anteriores. Era preciso que o país seguisse os ensinamentos de São Paulo e assim alcançasse os objetivos de progresso e modernização que eram tão almejados.

Entre a Memória e História.

Monteiro Lobato sintetiza em sua obra os elementos de um projeto modernizador presente na Primeira República. Contrariando as leituras que apontam a Revolução de 1930 como momento inaugural de um projeto de modernização nacional e a Primeira República como projeto fracassado, Lobato aponta em *Mr. Slang e o Brasil* a os elementos de um projeto modernizador. Uma ruptura com o período anterior que valorizava o exemplo e as ações de São Paulo no compromisso com os ideais de modernidade, progresso e trabalho que caracterizam a *Paulistanidade*. A presença desse projeto demonstra como a História é uma construção de lembranças e esquecimentos (HALBWACHS, 1990). A extensa literatura lobatiana permite pensar em uma “contra memória” varguista, em que a Primeira República apareça não como o velho, mas como o anúncio – esperançoso e não tardio – do que viria. A inversão de raciocínio e os marcos oferecidos por aquele que se tornaria, ao mesmo tempo, defensor do nacionalismo e inimigo de Vargas abririam novas leituras que, por sua vez, permitem reexaminar uma consagrada “historiografia brasileira”, nem sempre atenta ao que os atores históricos anunciam.

A relação entre memória e historiografia é elemento de grande importância na formação de um conhecimento histórico sobre a passagem da chamada Primeira República para a Era Vargas. Apesar de não se configurar como um tipo de escrita memorialística, as crônicas de Lobato apresentam essa característica do relato da experiência de um ator histórico sobre o tempo no qual esteve inserido, expressando as expectativas do autor sobre a fundação de um tempo novo. Mais ainda, o texto de Lobato demonstra como a consagração de uma memória, como ocorreu com a dos vencedores do processo revolucionário de 1930, traz em seu bojo o esquecimento, ou mesmo o ocultamento, da memória daqueles que se posicionaram de forma diversa nesse processo.

Inúmeros autores ladeiam Monteiro Lobato na construção de uma memória histórica sobre esse período. Um desses autores é o jornalista Pedro da Costa Rêgo, cujos textos publicados nos primeiros anos da década de 1930 no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, discutem os caminhos da Revolução de 1930, com destaque para o período de elaboração da nova Constituição do país. Objeto de estudo de Noé Freire Sandes, os textos de Costa Rêgo apontam como sentido primeiro da Revolução de 30 o movimento que depôs o presidente Washington Luis (SANDES, 2008, p. 46).

Esse fato é apontado como o início de um drama que seria finalizado com a Constituinte a o retorno à legalidade.

Apesar de se concentrarem na análise de dois momentos diferenciados, alguns pontos são comuns nas construções empreendidas por Costa Rêgo e por Monteiro Lobato. A denúncia de Costa Rêgo de que a Revolução mantinha práticas que antes condenara – como a divisão dos ministérios, a partir de um critério geográfico – empresta ao governo de Washington Luis – vítima primeira dessa Revolução – um sentido positivo. Afinal, Getúlio chegara ao poder pregando a ideia do “novo”, mas as práticas políticas permaneciam as mesmas.

Em realidade, os textos de Costa Rêgo servem como contraponto para *Mr. Slang e o Brasil* naquilo que o jornalista indica como características dos discursos da Revolução e que se aproxima das ideias defendidas por Lobato em 1926 como perspectiva do novo governo de Washington Luis. O sentido positivo que Costa Rêgo aponta no governo anterior à Revolução como forma de criticar os caminhos seguidos pelos revolucionários já era apontado por Lobato na chegada de Washington Luis ao poder, construindo a imagem do novo governo como símbolo de transformação positiva e inauguração de um tempo novo. Dessa forma, tanto a visão de Monteiro Lobato quanto a de Costa Rêgo se opõem à dos revolucionários: a do primeiro porque apresenta a ideia de inauguração de um tipo específico de modernidade a partir da chegada dos paulistas ao poder em 1926, tese amplamente defendida pelos revolucionários como símbolo do governo de Vargas a partir de 1930; o segundo porque explicita que a Revolução não significou um rompimento, mas uma continuidade entre a Primeira República e o período pós-30, devido à manutenção e à institucionalização de práticas antes denunciadas pelos revolucionários e pela Aliança Liberal.

Ao passo que, como analista de seu tempo, Monteiro Lobato se aproxima de Costa Rêgo, as ideias defendidas pelo autor em *Mr. Slang e o Brasil* também tem pontos que se aproximam do ideário posteriormente defendido pela Revolução de 1930. Isso pode ser percebido na relação entre presente e passado, construída nesses dois discursos. Como apontado por Noé Freire Sandes, a constitucionalização do governo pós-30 representava para os revolucionários “o mirante donde se poderia enxergar o passado em perspectiva evolutiva, pois a Revolução poria fim aos vícios do *Antigo Regime*” (SANDES, 2008, p. 46). Tendo outro referencial, Lobato aplica nos textos de *Mr. Slang*

e o Brasil exatamente o mesmo sentido que os revolucionários de 30 atribuíam à relação entre passado e presente. O referencial de inauguração de um novo tempo adotado por Lobato é a chegada de Washington Luis à presidência. Nesse sentido, 1930 deixaria de ser a inauguração do novo para se tornar o obstáculo ao novo, isso da perspectiva daqueles que observam o cenário da passagem da década de 1920 e da Revolução de 1930 a *posteriori*. Para esses atores, a Revolução era uma frustração e não uma esperança. Outro autor que constrói uma leitura desse período que gravita entre a história e a memória é Azevedo Amaral. Em seus *Ensaio Brasileiro*, o autor faz uma análise dessa noção evolutiva de um liberalismo que também se encontra presente nos textos de Lobato. Segundo Azevedo Amaral (1930, p. 177):

O conceito progressista do evolucionismo, ao mesmo tempo em que inspirava ao espírito liberal a ideia de transformação incessante das condições de existência orgânica da sociedade, infundia-lhe uma confiança inabalável no desenvolvimento automático do progresso social e político imprimindo-lhe, assim, o otimismo que se tornou a atitude característica das gerações que nos precederam.

Essa característica otimista apontada por Azevedo Amaral não é identificada na obra de Lobato relacionada ao Brasil, mas ao Estado de São Paulo, parâmetro adotado pelo autor como símbolo para a modernização nacional. Contudo, era preciso uma transformação incessante da realidade nacional e o acompanhamento dessas transformações por aqueles que se propunham intérpretes dessa sociedade. Assim, esse conceito evolutivo, presente na Sociologia teórica e na Política prática brasileira nesse período (AMARAL, 1930, p.177), pode ser identificada nas perspectivas tanto do discurso revolucionário pós-30, quanto nas ideias defendidas por Lobato em 1926. Enquanto os revolucionários apontavam o rompimento institucional e político ocorrido a partir de 30 como momento de ruptura com as práticas ultrapassadas da “República Velha”, o passado também é contraponto para a construção discursiva de Lobato em 1926. O novo governo de Washington Luis era, então, o mirante de onde o passado ciclônico da República poderia ser observado, tendo-o como contraponto para a modernização e o progresso que se alcançaria, seguindo o exemplo da experiência paulista.

Considerações finais.

Apesar do sucesso editorial de Lobato e da permanência de vários de seus personagens no imaginário nacional, o caráter político de sua obra permaneceu por longo tempo à margem das análises historiográficas. Por meio da análise que buscamos empreender neste texto buscamos apontar que o livro *Mr. Slang e o Brasil* representa uma interpretação da história da República brasileira, especificamente do período posteriormente definido como Primeira República. Ainda que o autor não tivesse a possibilidade de conhecer o processo desencadeado a partir de 1930, dado a sua escrita ser anterior, a leitura empreendida por Lobato aponta para um tipo de memória que fora solapada por aquela construída em torno da Revolução de 1930. As leituras consagradas sobre a ideia de modernização no Brasil acabaram por se vincular quase obrigatoriamente à Revolução de Outubro, criando uma aparente ausência de parâmetros de um projeto modernizador anterior à Era Vargas.

Contudo, os textos de Monteiro Lobato em *Mr. Slang* apontam com solidez a existência desse projeto modernizador. E tal existência se consolida também na construção da memória e busca pela escrita da História da República a partir da perspectiva da *Paulistanidade* como forma de fomentar tal projeto. Assim como ocorreria a partir de 1930 com a ideologia do varguismo, Lobato aponta os objetivos de modernização e progresso como elementos fundadores de um novo Brasil, tendo a *Paulistanidade* como orientação. As imagens da República presentes nas crônicas de Monteiro Lobato apontam, portanto, a existência de um projeto modernizador que se opõe à ideia da Primeira República como projeto falido e consagra, nessa leitura, o marco de 1930 como orientador para “outra história do Brasil”. Em seus textos, Lobato revela outra face da República construída por São Paulo na década de 1920 e que, derrotada em 1930, é lançada às margens da interpretação historiográfica.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Azevedo. *Ensaio Brasileiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930, 298 p. HALBWACHS, 1990.

FAUSTO, Boris; CARDOSO, Fernando Henrique *et al.* *História Geral da Civilização*

Brasileira. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1977.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 93 p.

LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SANDES, Noé Freire. *A Memória Inconsútil*: São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon (orgs.). *Escritas da História: arte, cultura e memória*. Goiânia: UCG, 2009, p. 179-197.

SANDES, Noé Freire. *O Passado Como Negócio: o tempo revolucionário (1930)*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 43, janeiro-junho de 2008, p. 125-140.

SANDES, Noé. *O Jornalista Costa Rêgo e o Tempo Revolucionário (1930)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 28, nº 55, 2008, p. 41-62.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.